

## ASSIGNATURAS

Por um anno.....	10\$000
Por seis mezes.....	5\$600
Por tres mezes.....	3\$000
Avulso por folha.....	\$040
Anuncios, por linha.....	\$060

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno.....	12\$000
Por seis mezes.....	6\$600
Por tres mezes.....	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha.....	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCAO GERAL DE INSTRUCCAO PUBLICA  
1.ª Repartição

Achando-se approvado, por decreto de 31 de janeiro proximo passado, o regulamento sobre as obras destinadas ao ensino: ha Sua Magestade por bem determinar que pela direcção geral de instrucção publica n'este ministerio se expedam as ordens necessarias aos chefes de todos os estabelecimentos de instrucção primaria, secundaria e especial a quem tocar o seu conhecimento, para que lhe dêem a devida execução, remetendo desde logo, pela referida direcção geral, a relação de todos os livros adoptados no ensino publico e livre, com designação dos que haviam obtido approvação do extincto conselho superior de instrucção publica; e bem assim as propostas que os conselhos escolares, para este fim especialmente convocados, julgarem mais convenientes sobre a adopção de novos compendios.

Igualmente determina Sua Magestade que os chefes de todos os estabelecimentos de instrucção superior, integrados das disposições do artigo 25.º do mesmo regulamento, lhes façam dar a devida execução, enviando no fim de cada anno lectivo a este ministerio as listas de todos os livros de texto adoptados pelos conselhos escolares para o anno lectivo seguinte, a fim de serem incorporados no catalogo geral dos livros approvados e adoptados para o ensino.

E tambem Sua Magestade servido ordenar que, pela direcção geral de instrucção publica, se façam os annuncios necessarios, prevenindo os auctores, editores, ou proprietarios de quaisquer obras destinadas ao ensino, que pretendem que ellas sejam incluídas no catalogo geral dos livros que opportunamente se ha de publicar, para que no prazo de 60 dias no continente, e de 90 quando os auctores, proprietarios ou editores estiverem fora do reino, apresentem á mesma direcção geral os seus requerimentos acompanhados de um exemplar de cada uma dessas obras, para que o conselho geral de instrucção publica proceda ao seu exame ou revisão, se anteriormente houverem sido approvadas; sem o que não serão incluídas no catalogo official, nem gozarão das vantagens e direitos concedidos, em relação ao ensino, ás obras adoptadas ou approvadas.

Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860. — Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello.

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei o processo do concurso, aberto na academia das bellas artes de Lisboa, para a substituição da cadeira de paisagem, e productos naturaes, pelo qual se mostra, que, depois de concluido o concurso, em harmonia com as condições do programma annunciado, e procedendo-se á votação sobre o merito absoluto dos dois concorrentes, se achou, que, entrando na urna 18 espheras, obtivera o candidato designado pelo numero um 11 espheras brancas e 7 pretas; e o designado pelo numero dois 10 brancas e 8 pretas; que, passando-se a votar sobre o merito relativo do primeiro em relação ao segundo, ficara empatada a votação; e que repetindo-se esta tivera o segundo em relação ao primeiro 8 espheras brancas contra 10 pretas, variando assim o resultado das duas votações, que aliás reciam sobre o mesmo objecto;

Considerando que não devem os concorrentes perder os seus trabalhos por se darem na votação irregularidades para que não contribuíram;

Considerando que o artigo 20.º do decreto de 25 de outubro de 1836 não faz depender a votação sobre o merito dos concorrentes de dois terços de votos, como seria necessario que expressamente declarasse, se aquelle decreto quizesse estabelecer esta disposição;

Considerando que não pode ter applicação á hypothese de que se trata a disposição do artigo 32.º do citado decreto, que se refere unicamente aos academicos de merito, deduzindo-se d'este artigo excepcional a regra commun em contrario para os aspirantes ao professorado;

Considerando, quanto á circumstancia do empate sobre o merito relativo dos oppositores, que é expresso o artigo 116.º do referido decreto, dando ao presidente do jury o voto de qualidade;

Ha o mesmo augusto senhor por bem, conformando-se com o parecer do conselho geral de instrucção publica, em consulta de 16 do mez proximo passado, ordenar

Que seja julgada valida a votação sobre o merito absoluto dos dois concorrentes.

Que o director da academia, convocando de novo o jury que assistiu ao concurso, faça repetir a votação sobre o merito relativo dos candidatos, lançando cada um dos votantes na urna um bilhete com o nome do concorrente que julgar preferivel.

Que no caso de empate prevaleça o voto de qualidade do presidente, devendo a academia em seguida remetter a este ministerio a proposta graduada dos oppositores, conforme se acháa determinado no paragrafo ultimo do programma do concurso, publicado no *Diario de Lisboa* de 9 de fevereiro de 1859.

O que se participa ao director da academia das bellas artes de Lisboa, para sua intelligencia e execução.

Paço, em 1 de março de 1860. — Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o relatório feito pelo director das obras publicas do districto de Aveiro, acerca dos resultados vantajosos que obteve com as obras provisórias executadas na barra da cidade de Aveiro, o que tem permitido a entrada de navios de alto bordo, que ha muitos annos não constava terem demandado aquelle porto: manda o mesmo augusto senhor, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, louvar o zelo

e intelligencia com que o referido director se houve no desempenho de uma obra de tanta importancia para o melhoramento e prosperidade d'aquelle districto do reino. O que se lhe communica para seu conhecimento e satisfação.

Paço, em 6 de março de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel.

Sua Magestade El-Rei manda pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, louvar a junta administrativa das obras da barra de Aveiro, pelo effizax auxilio que prestou ao engenheiro director das obras publicas no mesmo districto, contribuindo assim pela sua parte para se abrir, com o melhoramento da mesma barra, uma nova era de prosperidade para aquella parte do paiz. O que se communica ao presidente da mencionada junta, para sua satisfação, e a fim de que o faça constar aos demais vogaes de que ella se compõe.

Paço, em 6 de março de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel. — Para o presidente da junta administrativa das obras da barra de Aveiro.

#### DIRECCAO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer do conselho das obras publicas, ha por bem approvar o ante-projecto datado de 3 de janeiro ultimo, respectivo ao lanço da estrada de Villa Real á Regua, comprehendido entre o ribeiro da Pousada e Santa Martha, na extensão de 4:068 metros; e ordena o mesmo augusto senhor que o director das obras publicas do districto de Villa Real proceda com urgencia, n'esta conformidade, á elaboração do projecto definitivo e competente orçamento, tendo em vista reduzir, como diz ser possivel, as terraplanagens que têm de fazer-se, a fim de diminuir a despeza com a construção d'esta estrada. O que se lhe communica para seu conhecimento e devida execução.

Paço, em 8 de março de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel. — Para o director das obras publicas do districto de Villa Real.

#### Repartição de minas

2.ª Secção

EDITO

Pela repartição de minas da direcção geral das obras publicas e minas, no ministerio respectivo, se annuncia, em observancia dos artigos 60.º e 61.º do regulamento á lei de minas, publicado na folha official de 14 de dezembro de 1853, haver requeri- do Luiz Alexandre da Rocha, na qualidade de cessionario de Pedro José Rodrigues Teixeira, e Domingos Dias Sequeira, a concessão provisoria da mina de antimonio, sita em Cortes Pereira, freguezia e concelho de Alcoutim, districto de Faro. Convidam-se todas as pessoas a quem possa prejudicar a concessão pedida, a apresentarem as suas reclamações no referido ministerio, dentro do prefizo prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este edito. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, vae elle ser transcripto no *Diario de Lisboa*, como dispõe o artigo 60.º do já citado regulamento.

Repartição de minas, em 8 de março de 1860. — Carlos Ribeiro.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 24 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE D'ALGOS,

VICE-PRESIDENTE SUPPLEMENTAR

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello

(Conde de Peniche.

(Assistiam os srs. ministros das justicas e do

reino.)

As duas horas e meia da tarde, reunido numero

legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Fez-se leitura da acta da sessão antecedente que

se julgou approvada por não haver reclamação em

contrario.

O sr. Secretario:—participou á camara que a me-

sa recebera uma communicação do sr. presidente

do conselho, de que não pôde comparecer a esta

sessão por estar muito incommodado de saude, ha-

verendo tres dias que guardava a cama.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Ministro da Justica:—drei ao digno par

que acaba de fallar, que comprehendendo o alcance da

sua pergunta, e que, pela minha parte, posso de-

clarar desde já a s. ex.ª, que me acho completa-

mente habilitado para responder, n'esta questão de

moeda falsa, sobre todos os negocios que tem con-

hecimento pela secretaria a meu cargo. Agora em re-

lação a tudo o que diz respeito á secretaria dos ne-

gocios estrangeiros presumo que poderei responder

de uma maneira satisfactoria. Contudo, como não

sei o alcance de todas as perguntas da s. ex.ª me

que fazer, direi que não sou eu que dirijo os ne-

gocios d'aquella repartição, e não posso, por conse-

guente, responder tão cabalmente. Entretanto creio,

—peço que a camara se compenetre d'esta minha

declaração—que poderei dar a s. ex.ª francas e sa-

tisfactorias explicações. Não sei se s. ex.ª com esta

minha declaração se dará por satisfeito, e querará

verificar a interpellação.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Ministro da Justica:—julguei ter-me feito

compreender pelo digno par. Não tenho duvida

em responder á interpellação, mesmo na parte que

diz respeito á questão dependente do ministerio dos

negocios estrangeiros. É certo que o nobre duque

da Terceira fazia tenção de se apresentar hoje n'esta

cama, mas aggravou-se-lhe o seu padecimento, e

conserva-se de cama; entretanto eu sei o que tem

havido e ha sobre esta questão, e direi que o sr.

presidente do conselho de ministros me pediu para

que eu respondesse por elle nos pontos em que o

sr. Marquez de Vallada se refere a assumptos a

cargo do seu ministerio. Debaxo d'este ponto de

vista pôde s. ex.ª realizar a sua interpellação; e se

algum facto houver que eu ignore, e acerca do qual

não possa por tanto responder, visto ser estranho á

repartição que dirijo, n'outra qualquer sessão o fa-

rei mais amplamente. É com toda a franqueza que

faço estas declarações a s. ex.ª, e, repito, persuadi-

me que, na primeira vez que fallou, tinha feito sen-

tir isto mesmo ao digno par.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Presidente:—expoz que a interpellação es-

tava dada para ordem do dia, e não podia deixar

de po-la á discussão senão por uma votação da ca-

mará, no caso que o digno par requeresse, e a ca-

mará o approvasse.

Por consequencia estava em discussão a interpel-

lação do digno par o sr. Marquez de Vallada.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Ministro da Justica:—sr. presidente, eu to-

mei nota dos pontos principais do discurso do di-

gno par. Antes, porém, de responder ás perguntas

que s. ex.ª me fez, devo declarar, que na primeira

ocasião, em que a camara dos srs. deputados se

pode occupar com objectos de administração publi-

ca, ali declarei que ia apresentar todos os documen-

tos existentes na secretaria a meu cargo, relativa-

mente á questão da moeda falsa, pedindo á camara

que, se assim o entendesse, nomeasse uma commis-

são que examinasse todos esses papeis, e conheces-

se a maneira como eu me tinha conduzido no pro-

seguimento de similhante negocio.

Confesso que não sei se o precedente foi bem es-

tabelecido. Talvez que não se possa sempre reali-

sar. Confesso que nem sempre se poderá ter esta

franqueza, porque se podem oppor circumstancias

especieas; mas tambem muito especieas foram as

circumstancias em que me achei para entender que

não podia deixar de dar o passo que dei, no que

me parece que bem manifestei o maior desejo de

que se julgue todo o meu proceder acerca d'esta im-

portante questão. O que eu fiz na outra casa do pa-

ramento to-lo-ia feito n'esta se primeiro tivesse ach-

tido occasião de fallar n'esta materia, pois de certo

que não duvidava nem duvido apresentar igual-

mente aqui os documentos que offereci apresentar

na outra camara, para tambem serem aqui exami-

nados do modo que se julgar mais conveniente,

para que tambem aqui se conheça bem qual o mó-

do como me tenho conduzido, e como tem caminha-

do este negocio. Assim já vê o digno par que tem

largos meios de informação, e de informação mais

cabal do que se pôde dar em sessão publica, onde

se não pôde descer a minuciosidade e avaliação de

documentos, que demandam um certo exame.

Mas, sr. presidente, eu devo dizer alguma cousa

mais sobre a marcha que tem tido este negocio.

Sr. presidente, desde muito que se tem feito n'este

paiz a perseguição aos moedeiros falsos em di-

versas epochas tem-se mesmo instado com maior

força pela perseguição de taes criminosos. Não re-

montarei á exposição de quaes foram essas epis-

odias, mas cumpre-me dizer que no começo de 1858,

por parte da administração transacta, foram pedi-

das informações sobre este importante objecto ao

magistrado que se achava presidindo á relação do

Porto; essas informações foram dadas successiva-

mente não só por essa autoridade, mas ainda por

outras dependentes do ministerio da justica e do

ministerio do reino, proseguindo-se n'ellas até fins

de agosto; epocha em que essas indagações para-

ram: continuando apenas os processos criminaes

ordinarios que estavam pendentes. É certo porém

que na epocha, em que eu entrei para o ministerio,

havia muito tempo que tinham terminado as in-

dagações especieas sobre o objecto sujeito, como

consta mesmo das declarações publicadas pelo presidente

d'aquella relação em alguns jornaes do Porto. Devo

tambem dizer que quando entrei para o ministerio

achei pendente na commissão de legislação da ou-

tra camara uma proposta de lei repressiva do cri-

me de moeda falsa. Não podendo porém concordar

nos termos em que ella estava redigida, redigi ou-

tra que chegando a passar em ambas as casas do

parlamento se acháa convertida na lei de 4 de ju-

nhô, sendo a 4 de agosto publicado o regulamento

d'essa mesma lei sem o que ella não podia ter a de-

vida execução. Foi então que muito mais especial-

mente comecei a occupar-me d'esta questão, exa-

minando muitos documentos existentes nas repartí-

ções a meu cargo, e não serei exagerado, dizendo

que montam talvez a 300 (signaes de admiração).

Entrei pois n'este exame minucioso e detido, até

que um facto importante se deu no Porto, que pro-

vocou indagações mais minuciosas. Tal foi a im-

portante apprehensão feita em outubro, do que ap-

parecendo os documentos na secretaria a meu car-

go, tratei logo de mandar que a autoridade adminis-

trativa do Porto processasse incessantemente a to-

das as indagações as mais minuciosas e as mais

energicas para se descobrirem os verdadeiros cri-

minosos de moeda falsa.

Ora já se vê que, fazendo eu isto, estava dentro

da orbita da lei, por isso que, pelo codigo adminis-

trativo, são essas as autoridades a quem compete a

investigação policial de factos d'esta ordem. A por-

ta que expedi foi nos fins de novembro, e aquelle

magistrado começou logo procedendo a indagações

importantes. Posteriormente mandei tambem aos

agentes do ministerio publico, e com especialidade

ao procurador regio junto da relação do Porto, para

que procedesse pela sua parte, como agente prin-

cipal do governo n'este ramo de serviço publico, a to-

das as indagações para se descobrirem os verdadei-

ros criminosos, dizendo-lhe expressa e terminante-

mente que procedesse contra todos aquelles que des-

sem logar a achar-se-lhes base para se proceder,



preceitos d'ellas as suas regalias, os seus caprichos, os seus interesses; se em vez de fallar a lei, só falla o magistrado, que é o mesmo que dizer que em lugar da liberdade civil sómente ha o despotismo; então corria o governo este mal, e livre-nos de taes magistrados que são um flagello peor do que a peste. E se o governo não tem força para isso, venha pedir a ao paiz, que elle lhe dar.

Esta é a missão de nós todos. Desempenhe-a o governo pela sua parte, que nós a desempenharemos pela nossa, e teremos feito assim o maior serviço que se pôde fazer a um paiz que não é feliz (muitos apóios).

O sr. Conde da Taipa:—sr. presidente, acabo de chegar ha poucas horas de fóra da terra, aonde estive alguns dias, não tinha idéa nenhuma d'esta discussão, não estava prevenido para fallar sobre o assumpto, e se tomo a palavra é para que me não chamem moedeiro falso, como tem chamado ao sr. ministro da justiça em jornaes d'esta capital (riso).

Sr. presidente, eu sou opposição, sou opposição systemática a este ministerio, porque estou convencido que esta administração leva o paiz a uma completa ruína. Mas, sr. presidente, em fallaria altamente aos deveres que me impõem o lugar que occupo n'esta camara, se quando um ministro toma uma resolução de moralidade publica, seja elle que ministro for, eu não lhe manifestasse a minha satisfação.

Sr. presidente, todos nós conhecemos e lastimamos o estado em que está a nossa administração, de sorte que podemos dizer que não ha governo no paiz. Os administradores dos concelhos que são os funcionarios que definitivamente dão applicação pratica ás leis de policia, não são pagos e ordinariamente naturaes dos logares aonde exercem autoridade, e portanto sujeitos a todas as contempções e parcialidades que agitam as terras pequenas, e que impedem a boa administração publica, muitas vezes esculpidos só pela prenda de fazerem eleições; e como as fazem, tudo o mais é de interesse secundario. A administração da justiça está de tal modo relaxada pelos defeitos da sua organização, e pela corrupção de alguns de seus membros, que a repressão do crime é uma cousa illusoria em Portugal, sendo preciso confessar que a maioria dos magistrados nas relações, são pessoas de probidade, mas a minoria dos corruptos que lá existem, tem meios de tornar a justiça n'este paiz uma cousa muito precaria.

No meio d'esta miseria de meios de governo, não é de admirar que vejamos campear o crime ufano por todo o paiz, tendo a certeza da impunidade. O roubo; o assassinato; a moeda falsa; o contrabando; tudo se faz publicamente e como os perpetradores d'estes crimes estão agremiados (perdoem a palavra que é da moda) os grandes accodem pelos pequenos, e o castigo torna-se impossivel. E n'este estado de cousas, que uma grande questão se tem agitado n'este paiz. Uma nação amiga com quem nós estamos ligados intimamente, por relações commerciaes, por origem e até por parentesco, viu inundar o seu mercado por quantidades avultadissimas de moeda falsa fabricada em Portugal, e justissimas reclamações se fizeram da parte do Brazil ao governo português, reclamações que até deram origem a um tratado especial que fizeram as duas nações só com o fim de se acabar com este escandalosissimo trafico.

Todos os ministerios tem trabalhado para fazer justiça ao Brazil, mas como o sr. ministro da justiça, ainda nenhum trabalho tão effiziente; e eu apesar da minha opposição, não posso deixar de o auxiliar com o fraco apoio das minhas palavras. O sr. ministro desistiu um alto funcionario, em virtude fosse do que fosse n'esta questão. É a primeira vez que se desistiu um alto funcionario nos tempos modernos, sem ser por politica; é um acto de vigor pelo qual eu felicito o sr. ministro, e felicito o sr. ministro, por julgar que elle teve para isso muito boas razões. É impossivel, a quem conhece o sr. Martins Ferrão, não conhecer tambem que o seu maior antagonismo é a tomar uma decisão mesmo em cousas ordinarias; ora os esforços que elle deve ter feito para vencer a natureza do seu caracter, devem ter sido um martyrio, e elle para mim está canonizado por este facto. Mas, apesar de tudo isto, se o sr. ministro parar aqui, se quizer desancar sobre seus louros, não faz nada; cumpre tomar medidas mais energicas, para poder dizer bem mereci da patria.

Cumpro ao sr. ministro expurgar o poder judicial dos membros corruptos, que dentro em si tem, porque só assim a justiça poderá ser uma verdade em Portugal, e só assim é que o paiz poderá voltar á moralidade.

Cumpro-lhe tambem sobre si toda a responsabilidade d'este acto, e pedir ao parlamento o poder necessario para o levar a effeito. Não por meio de uma lei impossivel, como uma que passou ha pouco no parlamento, mas pela simples formula pela qual os romanos armavam os consules nos bons tempos da republica, com os poderes necessarios para vencerem as circumstancias extraordinarias quando ellas appareciam, e para as quaes não bastavam as leis ordinarias—*caveant consules ne quid respublica detrimenti caperet*.—Só assim se poderá tornar a moralisar esta nação, restabelecer a ordem e castigar os crimes. É não notoria a corrupção, que o sr. ministro querendo ter vigor, terá muito pouco trabalho para sem escrupulo levar ao cabo esta grande obra, e sem receio de confundir o peccador com o innocente, porque a linha de demarcação está tão clara que é impossivel o engano.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Presidente:—recordo que quanto um digno par está fallando não permite o regimento que seja interrompido. Se o digno par o sr. Marquez de Vallada consente, (O sr. Marquez de Vallada:—pois não) dará então a palavra o sr. Eugenio de Almeida.

O sr. Eugenio de Almeida:—peço ao digno par o sr. Marquez de Vallada que nem por um instante suspeite que eu tive em vista censurar a s. ex.ª

A questão de que o digno par fallou foi aquella de que eu fallei tambem. Cada um de nós escolheu um methodo diverso para o fazer, mas não tenho o direito, nem o habito de lancar censura sobre o methodo de fallar dos meus collegas.

Se nas minhas expressões o digno par achou algumas que lhe podessem ser applicadas, são sem duvida aquellas em que eu, confessando que os meios que todos tínhamos empregado para curar o mal a que se procurava dar remedio tinham sido inefficazes, fiz uma especie de confissão de humidade bem cabida no tempo santo em que fallamos, e contra a qual os sentimentos piedosos do digno par de certo não permitirão protestar.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Ministro da justiça:—Começarei por declarar, que sigo uma ordem de principios completamente differente da que segue o digno par o sr. Eugenio de Almeida, e por isso não admira que s. ex.ª divirja da minha opinião. Declaro tambem á camara, que as palavras a que se alludiu, e que eu proferei n'outro lugar, quando disse, que entre mim e os moedeiros falsos havia um duello de morte, nada mais importam do que uma expressão figurada, que se explica pela acção energica que deve ter o homem que, como eu, tem que administrar justiça contra os criminosos.

Dizendo aquellas palavras, sr. presidente, não quiz significar outra cousa: e estou certo que foi de baixo d'este ponto de vista que ellas se entenderam

na outra casa do parlamento, e que tambem serão entendidas n'esta camara.

Direi, que não é minha convicção, que quando um ministro vem apresentar ao parlamento uma questão séria de administração, esse ministro se constitua réu por esse facto. Isto nada mais é, do que ir o poder legislativo conhecer do modo como a justiça tem sido administrada; por outra, é um auxilio que as camaras legislativas dão ao governo sobre a administração publica. O parlamento não tem só a missão de fazer leis; tem o direito de conhecer da marcha da administração e apreciar-la. É esta a pratica seguida nos paizes constitucionaes, e autorisada entre nós por muitos precedentes.

E se não pergunto eu, sr. presidente, o que significam as commissões de inquerito? O que significam os votos de censura? O que significou a apresentação da syndicancia da relação do Porto á camara dos srs. deputados, senão o mesmo que eu acabo de enunciar? Os poderes do estado não se guerreiam, pelo contrario auxiliam-se. E todas as vezes que eu vier ao parlamento dizer, que não tenho duvida em apresentar ao seu reflectido exame, os actos da minha administração, não entendo que por esse facto venha constituir-me réu perante elle. Eu sim seria réu, se os meus actos não fossem conformes ás disposições das leis, mas nunca o serei no sentido contrario.

Pelo que respeita ao segredo que deve haver em assumptos importantes, como é este de que nos temos agora occupado, eu entendo, sr. presidente, que o segredo resulta da lei, e que se deve presumir em todos aquellos corpos a quem a lei o impõe. Assim o segredo não é uma questão de individualidade, consiste em que aquellos que mais ou menos têm que intervir nos negocios publicos em virtude dos seus cargos, guardem como têm obrigação, a indispensavel e conveniente reserva (apoiados). É esta a presumpção da lei, são estes os principios, e é esta a pratica. Pois nos processos em que ha segredo, é só uma pessoa que d'elles conhece? De certo não; logo o segredo resulta da lei. Se pois essa presumpção está estabelecida na lei, como de facto está, é evidente que ella se não pôde negar aos corpos co-legisladores. As camaras podem guardar tanto um segredo, como o podem guardar os ministros da coroa, ou os magistrados: se assim não fosse, então a consequencia a tirar seria, que as sessões secretas seriam uma inutilidade. A lei fundamental estabelece que os tratados internacionaes que são de absoluto segredo sejam discutidos em sessão secreta. É porque suppõe o sigillo necessario nos corpos co-legisladores.

Já se vê pois, que quando digo, que não tenho duvida em apresentar á camara debaixo d'esse ponto de vista em sessão secreta, esses documentos para serem examinados, creio que não firo os principios nem commetto nenhuma violação d'elles, nem pratico alguma inconveniencia de administração. E não a pratico, sr. presidente, por quanto, pergunto eu, não têm esses documentos chegado por necessidade ao conhecimento de mais de uma pessoa? Certamente. Mas diz-se:—o segredo que se exige se guarde a respeito da materia d'elles, é conveniente para a ordem publica. É verdade; mas tambem é, que se se reconhece haver essa condição em todos os corpos constituidos por lei, não pôde deitar de se reconhecer igualmente no poder legislativo.

O digno par o sr. Marquez de Vallada fez-me uma pergunta relativamente a um artigo que se encontra n'um dos numeros do *Tribuna Popular*, onde se diz que eu escrevi uma carta ao guarda-mór da relação do Porto prometendo-lhe a reintegração no lugar de que havia sido demittido se não fallasse nos processos de moeda falsa! Declaro que nunca escrevi carta nenhuma que tocasse em cousa semelhante, e provoço a quem as tiver para que as estampe nos jornaes (apoiados). (O sr. Marquez de Vallada:—sem isso não faz prova; apoiados), peço mesmo que se publique uma copia autentica da carta que se diz ter sido escripta por mim em tal sentido, pois estou bem certo de que não pôde apparecer alguma carta minha prometendo alguma cousa dependente da repartição a meu cargo. Um tal acto importaria um grande erro, e no caso em que se falla, seria mesmo um grande crime (apoiados). Concluirei dizendo que faço votos para que, quando deixar este lugar, pelo que anhele muito, possa sair como espero, com a minha consciencia tão tranquilla como a tinha quando entrei no ministerio (apoiados). (Vozes:—muito bem, muito bem.)

O sr. Eugenio de Almeida:—sr. presidente, o sr. ministro insiste em que o governo e o parlamento devem administrar justiça; e eu insisto em que o governo e o parlamento devem cuidar em organizar a justiça, para que possam ser punidos os crimes de que nos occupamos agora; os que existem hoje e de que nos não occupamos, e os que de futuro possam existir.

O systema do sr. ministro da justiça, o procedimento que elle tem tido conforme a esse systema, o zelo de que nos dá tantas provas, o ardor com que ataca o crime, mostram-nos que elle é capaz de desempenhar dignamente o papel do ministerio publico; mas não nos mostraram ainda o homem politico, o homem d'estado, o espirito organisador e forte que vê onde está a origem dos males que a sociedade sofre, e que emprehe as medidas capazes de lhes pôr um termo.

Uma maxima má é mais funesta do que muitas acções más. Disse-o um publicista distincto. Parece-me que n'este caso está a maxima que o sr. ministro proclama. E se eu insisto ainda em repetir que a missão do governo não está preenchida com o que elle tem feito, é porque me parece que o governo, satisfeito com o que tem praticado, julga ter preenchido o seu dever, quando a verdade é que se esquece de que tem ainda deveres mais rigorosos a cumprir.

Pôde o sr. ministro da justiça cair extenuado de fadiga, coberto de improperios que as suas virtudes lhe acarretem; pôde ser um martyro do bem publico; e pôde, apesar d'isso, ficar o paiz sem as leis de que precisa, ou sem os magistrados que applicam essas leis como deve.

Sr. presidente, por muito tempo tenho comprimido dentro em mim as expressões que vou soltar. Tenho feito mal. É agora, porém, uma occasião solenne de as dizer.

De muitos pontos do paiz chega aos nossos ouvidos um clamor (não digo bem; não é clamor ainda; porque quando o for ha de ter o imperio bastante para promulgar os seus editos, e para exigir que se lhes preste obediencia) chega aos nossos ouvidos um gemido que nos diz que ha alguns tribunales no reino onde se consente que o rico lance o seu ouro na balança da justiça; e onde se vê que o pobre e desvalido geme opprimido, á porta d'esses tribunales, chorando porque se lhe nega a justiça (apoiados).

Estes gemidos duram já ha muito tempo; ouvem-se de muitas partes para que o governo possa ignorar que elles existem. A accusação que elles nos trazem é mui grave para que possa passar sem um exame rigoroso. Que injuria, sr. presidente, não é isto contra a magistratura, se a accusação é falsa; mas que injuria mil vezes mais atroz ainda não é contra a sociedade (muitos apóios), se a accusação é verdadeira. Ouça o governo o que ouvem todos; mas cuide do que a elle, mais do que a ninguém, pertence cuidar. Se essas vozes, já tão publicas e tão constantes, são calumniosas (e eu não me atrevo a dizer que o sejam) confunda-se, e restitua assim á magistratura a dignidade que ellas lhe fa-

zem perder, e que ella deve ter para que exerça o seu sacerdotio. Se são verdadeiras, livre o paiz d'esses magistrados indignos, que são a sua vergonha e o seu flagello (muitos apóios).

O sr. Aguiar:—expoz que de tal forma ficára impressionado pela grave injuria que o digno par que acabava de fallar dirigira a um corpo respeitavel, que ao mesmo tempo é um dos poderes do estado, que confessa não se achar em circumstancias de usar da palavra com aquella moderação que sempre deseja, e que cumpre haver n'este lugar...

O sr. Eugenio de Almeida:—se v. ex.ª quer eu me explico.

O sr. Aguiar:—continuo expozendo que se não podia negar de maneira nenhuma que essa injuria fora grande. Pois será verdade (exclamou o orador) que haja um clamor geral contra os tribunales judiciais?

O sr. Eugenio de Almeida:—eu nego solennemente que dissesse isso.

O sr. Presidente:—adverte ao digno par que tem a palavra, e fará uso d'ella opportunamente.

O sr. Aguiar:—declara mui positivamente que o ouviu, e appella para o testemunho da camara. Prosegue exclamando:—Pois será verdade que só o poderoso é que pôde achar justiça nos tribunales, e que o pobre geme ás portas d'elles?... Pois não será antes verdade que ha tribunales n'este paiz onde sempre tem encontrado justiça os homens de todas as situações, e de todos os paizes, mesmo em tempos do maior fogo das paixões politicas?... (apoiados) O que pôde haver é algum, ou por ventura alguns juizes, aos quaes desgraçadamente, como excepção da regra, e se possam applicar as expressões do digno par (apoiados)...

O sr. Eugenio de Almeida:—É o que eu digo, nem posso dizer mais do que isso.

O sr. Aguiar:—continuo pedindo desculpa ao digno par, de asseverar que a verdade era que s. ex.ª se expressára como elle orador acabava de enunciar, pois effectivamente dissera que n'este paiz havia um clamor geral contra os tribunales; que o pobre gemia opprimido ás portas dos mesmos tribunales, em quanto que só o poderoso obtinha justiça... e isto asseverado na occasião em que se tratava da moeda falsa. Deve saber-se que os juizes e tribunales judiciais não são que julgam esses factos criminosos, que bem conhecido é serem factos julgados pelos jurados. O juiz applica a lei; mas não pôde applicar a lei penal senão aquellos que tiverem sido declarados criminosos pelo jury.

Nada mais acrescenta porque receia ir alem do que deve, e proferir expressões que bem podia proferir depois da grave injuria que elle, orador, assim como toda a magistratura a que se honra de pertencer, acabavam de receber do digno par; mas não podia n'esta occasião ficar silencioso sem protestar contra ella.

O sr. Presidente:—expoz que a hora tinha dado, mas talvez que a camara quizesse que o digno par e sr. Eugenio de Almeida desse a sua explicação... (Vozes:—apoiado, sim senhor.) Nestes termos dou a palavra ao digno par o sr. Eugenio de Almeida.

O sr. Eugenio de Almeida:—Sinto que o digno par podesse ver nas minhas expressões o que não estava n'ellas, nem no espirito que as dictou. Parece-me que se o digno par, em lugar de obedecer a uma excitação de que elle proprio se confessou possuido, quizesse ouvir tranquillamente a explicação que eu me offereci dar das palavras que proferi, essa explicação, confirmando o que eu disse, faria cessar todas as apprehensões do digno par.

Era preciso, sr. presidente, que eu ignorasse, não digo as regras da boa cortezia, não digo as decencias parlamentares, não digo o respeito que a magistratura, em geral, nos deve merecer; mas que tivesse perdido até o senso commum para vir dizer em uma camara, que só o poderoso e o rico pôde achar justiça nos nossos tribunales, e que o pobre gemia ás portas d'elles sem se lhe fazer justiça.

Disse que um clamor, ou antes um gemido se ouvia de diversos pontos do reino, accusando que havia alguns tribunales em que se attendia mais á influencia do rico do que á justiça do pobre; e que era preciso que o governo visse se estes gemidos eram fundados, e que provesse a elles de remedio. O que ha de commun entre estas expressões apresentadas dentro dos limites do raciocinio e da decencia com as expressões exageradas que o digno par me attribuiu?

O que eu disse, sr. presidente, é uma voz publica que se ouve por toda a parte, de que falla a imprensa, de que nós todos ouvimos fallar nos salões, nos corredores d'este palacio, por toda a parte, a que alludiram, cada um nos termos que entenderem, os dois dignos pares que me precederam. Por ventura vivemos nós n'uma região superior á do paiz para ignorarmos o que se diz n'elle? Por ventura os processos accusadores de magistrados corruptos, que param nos tribunales superiores, as leis de expurgação da magistratura que se têm vindo propor ao parlamento, os escandalos que por ali se contam com provas tão evidentes como a luz do meio dia, permitem que nós duvidemos que o mal existe, sem comtudo termos o direito de dizer aqui onde elle exista, nem a extensão que tem?

Esta é voz publica. Eu vim repeti-la aqui sem exageração, mas sem rodeios. Julgo que cumpri um dever. Quem tem ouvidos para ouvir que a ouça.

Quem tem coração para sentir que a sinta. Quem tem obrigação de prover que provea.

Sr. presidente, uma reflexão ainda, que eu, para não excitar mais as paixões, direi que é um dictame que nos ensina a historia. Quando, segundo os desenhos de Deus, uma revolução destruiu em um paiz tudo o que existia d'antes; quando pela luta entre os velhos e os novos principios elles todos perderam a força; quando as guerras civis vem substituir as paixões e os interesses sordidos ás paixões e aos interesses nobres, o paiz em que isto se dá fica por muito tempo soffrendo os effeitos d'esse abalo.

Ha classes que querem considerar como suas as regalias que sómente lhes foram dadas para servir bem o publico. Ha abusos que pretendem ser respeitamentos como dogmas inviolaveis. Ha erros que não admittem censura nem correção. Ha (o que é mais para lamentar) homens respeitaveis nas classes, que, levados de um falso pundonor, querem cobrir com o seu nome e com a sua autoridade o que n'essas proprias classes as aviltam e emnegrecem. Se o paiz em que isso acontece tem a força bastante para fazer calar essas vozes todas, e fazer ouvir só a sua, o mal cessa, e o paiz regenera-se; mas se essa força lhe falta, então esse paiz é um paiz perdido.

O sr. Aguiar:—pediu a palavra.

O sr. Presidente:—repetiu que a hora já tinha dado, e que havia julgado que este incidente terminaria com as explicações do digno par o sr. Eugenio de Almeida; mas, como ainda tem a palavra os dignos pares os srs. Marquez de Vallada e Aguiar, não sabe se a camara querera que se prorogasse a sessão.

O sr. Marquez de Vallada:—peço a v. ex.ª que consulte a camara se quer que se prorogue a sessão até se terminar esta questão.

Consultada a camara sobre se approvava esta proposta, resolveu affirmativamente.

O sr. Marquez de Vallada:—

O sr. Aguiar:—declara que não seguiu o caminho que lhe aconselhou o sr. Eugenio de Almeida, pedindo a explicação das suas expressões, porque ellas não poderiam ter outra explicação senão aquella que, elle orador, lhes dera. O que s. ex.ª acabava

agora de dizer não estava em harmonia com o que precedentemente havia dito, e elle, orador, não podia acreditar que, n'uma explicação, o sr. Eugenio de Almeida viesse dizer o contrario do seu anterior enunciação...

O sr. Eugenio de Almeida:—v. ex.ª está enganado: podem ver-se as notas tachygraphicas.

O orador (continuando):—diz que de certo appareceria, porque os tachygraphos devem ter tomado a competente nota, e espera da camara declare se effectivamente o digno par disse, ou não, que havia um clamor geral no paiz a respeito dos juizes e dos tribunales. Depois de uma offensa gravissima ao corpo da magistratura (O sr. Eugenio de Almeida:—não foi ao corpo), não achando o digno par sufficiente aquella primeira injuria á corporação a que elle, orador, se honra de pertencer, entendeu que lhe devia dirigir outra pessoalmente a elle, orador, porque, não se apresentando aqui a pedir justiça contra os juizes corruptos, fez perder a s. ex.ª a esperança de um dia se poder expurgar a magistratura de alguns juizes menos dignos, que por ventura hajam nella!

Não cabe a elle, orador, tal missão; mas não lhe seria difficil, mesmo n'esta camara, achar testemunho de que, se alguma medida um dia se propoz para tal caso, foi por elle proposta (O sr. visconde d'Albuquerque:—é verdade) n'uma commissão a que pertenceu; e igualmente podia demonstrar que, não tendo sido adoptada essa medida, elle proprio advertiu, e aqui citava o testemunho do digno par, que presidia a esta sessão, ser necessario restitui-la ao primeiro estado da proposta, pois só por ella se poderia conseguir o desejado fim. Aqui está, portanto, o homem que protege os juizes corruptos!... (O sr. Eugenio de Almeida:—eu não disse tal). Acabava n'este ponto depois da declaração do digno par.

O sr. Presidente:—significou ao digno par não ter percebido que as expressões do digno par o sr. Eugenio de Almeida se referissem a s. ex.ª, e talvez que assim fosse pelo conceito que s. ex.ª lhe mereceu; porque podia o digno par estar certo de que se percebesse que o precedente orador se dirigia a s. ex.ª, havia de adverti-lo de que não estava na ordem.

O sr. Aguiar:—aceita a explicação do sr. presidente.

O sr. Barão de Porto de Moz:—communicou que o sr. visconde da Granja, como era sabido, tinha pedido para que se avisasse o sr. ministro do reino de que tencionava dirigir-lhe uma interpegação; visto porém que se achava de cama, pediu a elle, orador, para declarar a s. ex.ª o sr. ministro, de que por tal motivo não está presente; e que portanto fica suspensa a interpegação até que o seu estado de saúde lhe permita o poder vir á camara.

O sr. Isidoro Guedes:—recordou que na ultima sessão mandára para a mesa uma nota de interpegação ao sr. ministro das obras publicas, e portanto desejava saber se foi expendida, e quando poderá ter logar a dita interpegação.

O sr. Presidente:—disse que a nota fora expendida, mas o sr. ministro ainda não respondeu, e como tem decorrido apenas um curto espaço, por isso a mesa não julgou conveniente ainda repeti-la.

O sr. Isidoro Guedes:—persuindo que na proxima sessão ella possa ter logar, pede ao sr. ministro, sr. presidente que tenha a bondade de a dar para a ordem do dia, se o sr. ministro se achar presente.

O sr. Ministro do reino:—disse que viera á camara habilitado para responder á interpegação annunciada pelo digno par o sr. visconde da Granja, de que ha pouco fallou o sr. Barão de Porto de Moz, e sente bastante o motivo por que se não podia então verificar, pois o penalisa deveras o incommodo do digno par o sr. visconde da Granja.

Em quanto á interpegação, a que se referiu o digno par o sr. Isidoro Guedes, participa-lhe a sua collega o sr. ministro das obras publicas, que fará chegar ao conhecimento da camara o dia em que se ach habilitado para responder.

Pede licença para ler a relação dos dignos pares que desempenham funções publicas dependentes do ministerio a seu cargo, para que as possam accumular, querendo, com as legislativas, no caso da camara autorisar essa accumulção.

Estes dignos pares são os ex.ªs srs. duque de Saldanha, Marquez de Loulé, visconde de Castro, visconde de Algeas, cardeal patriarcha, Marquez de Ficalho, conde de Farrobo, conde de Paraty, conde da Ponte, Joaquim Antonio de Aguiar, Joaquim Larcher, José Isidoro Guedes, e José Maria Eugenio de Almeida.

Consultada a camara sobre se concedia o pedido feito pelo sr. ministro do reino, resolveu affirmativamente.

O sr. Presidente:—determinou que a primeira sessão tivesse logar na segunda feira seguinte, sendo a ordem do dia interpegações; e deu por levantada a presente.—Era 5 horas e meia da tarde.

#### Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 24 de fevereiro de 1860

Os srs. visconde de Algeas; Marquezes: de Ficalho, de Fronteira, de Loulé, de Niza, de Vallada; Condes: das Alcaçovas, de Bomfim, de Mello, de Mesquitella, de Paraty, de Peniche, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, de Rio Maior, do Sobral, da Taipa; viscondes: de Athouguia, de Balsemão, de Benagazil, de Forte Arcada, de Fornos de Algodres, da Luz, de Ovar; barões: da Arruda, de Ancede, de Pernes, de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, D. Carlos Mascarenhas, Ferrão, Margiochi, Silva Carvalho, Aguiar, Isidoro Guedes, Eugenio de Almeida, e Brito do Rio.

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 8 DE MARÇO  
PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES  
Á uma hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 71 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

#### CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. João Maria de Sequeira Pinto, participando, em vista das razões que allega, que resigna o logar de deputado, para que foi eleito por Macau para a legislatura passada, a fim de se aproveitar da moção actual para ir occupar o seu logar de juiz de segunda instancia na relação de Goa.—Foi com urgencia remittido á commissão de poderes.

2.º Do ministerio da marinha, acompanhando as copias, pedidas pelo sr. Abrahães, da portaria de 12 do agosto de 1857, e da consulta do conselho ultramarino de 4 do mesmo mez, relativas á força de policia que havia sido creada em S. Thomé.—Para a secretaria.

3.º Uma representação da camara municipal de Ponte de Lima, sobre a necessidade de se fazerem algumas estradas que indica.—A commissão de obras publicas.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que se peça ao governo, pela secretaria d'estado dos negocios do reino, sejam remittidas a esta camara as consultas das juntas geraes dos districtos, pertencentes ao biennio de 1858 e 1859, para serem examinadas pela commissão especial, para isso nomeada pela mesa, e para que possa dar o seu parecer sobre os objectos que nas mesmas se contém. Requeiro a urgencia da remessa, para que haja tempo da commissão formular o

seu parecer e apresentá-lo antes da discussão da lei de meios.—D. José Manuel Menezes de Alarcão, deputado pelo circulo de Benavente.

2.º Requeiro se peça ao governo que, pelo ministerio da marinha e ultramar, remetta a esta camara copia do officio do governador geral da provincia de Cabo Verde, dirigido ao conselho ultramarino, com o n.º 19-A, de 27 de setembro de 1855, que remetteu o orçamento, balanço da receita e despesa, etc. E que juntamente remetta copia da acta do conselho do governo de 21 do mesmo mez e anno em que foi discutida a proposta de orçamento para a provincia de Cabo Verde, de 1856 a 1857.

Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 7 de março de 1860.—O deputado por Cabo Verde, Antonio Maria Barreiros Arrobas.

3.º Constando que o governador do castello de Mattosinhos, sito na povoação de Lessa da Palmeira, do concelho de Bouças, tem embarcado, por meios tão illegaes como violentos, que os donos de propriedades, sitas nas ruas mais proximas ao mesmo castello, as reedificam ou façam n'ellas quaesquer obras, sem que primeiro se sujeitem ao pagamento de um fóro militarmente arbitrado, quando é certo serem taes propriedades foreiras a outros senhores, sendo a fazenda nacional a que mais fóros ali tem; e constando igualmente que semelhantes factos são já do conhecimento do governo por informações officiaes que lhe têm sido presentes, requeiro que o sr. ministro da guerra venha declarar á camara se, pelo seu ministerio, já foram dadas as providencias necessarias para que o referido governador não prosiga nas tão injustas como arbitrarías exigencias que venho de referir.—Antonio dos Santos Lessa, deputado pelo circulo de Bouças.

São remettidos ao governo.

Tem segunda leitura um projecto de lei dos srs. Ferreira Pontes, Julio do Carvalho e Santos Lessa, autorisando o governo a applicar, até abril proximo, 6:000\$000 réis á compra de enxofre para ser distribuido ás camaras municipais do paiz vinhaeiro do Douro, a fim de o fornecerem aos lavradores, que d'elle carecerem para o enxoframento das vinhas.

Sendo admittido, é enviado á commissão de vinhos, ouvida á de fazenda.

O sr. Presidente:—chama a attenção dos srs. deputados que foram nomeados para diversas commissões, a fim de promoverem quanto for possivel a brevidade da sua installação, em consequencia dos muitos negocios que ha, e que convem commetter-se ao seu exame.

O sr. Henriques Secco:—lembra a conveniencia de se entregar uma relação dos srs. deputados nomeados para as diferentes commissões, e que estes tratem de as reunir.

O sr. Affonso Botelho:—alludindo á importancia dos assumptos, de que a camara brevemente tem de occupar-se, lembra ao sr. presidente a conveniencia dos oradores irem á tribuna a fim de poderem ser bem ouvidos pela camara.

Pede tambem que se recomende á repartição competente que a remessa dos diarios da camara para as camaras municipales, se faça immediatamente para que ellas possam ter conhecimento dos negocios que aqui se tratam, e recomendar aos seus eleitos o que julgarem conveniente.

O sr. Presidente:—pede ao sr. deputado que quanto á segunda parte mande uma nota para a mesa.

O sr. Visconde de Pindella:—corrobora a opinião do sr. deputado, dizendo que a camara de Guimarães só recebeu o n.º 10 do *Diario da Camara*, quando já se achava publicado o n.º 25, e por isso deseja que haja n'essa remessa o menor atraso possivel.

O sr. Presidente:—A mesa toma nota d'esse objecto.

Quanto ao primeiro ponto a que se referiu o sr. Affonso Botelho, declara que a mesa não pôde coagir nenhum sr. deputado a ir á tribuna, visto que é facultativo o fallar-se d'aquelle logar.

O sr. Dias de Azevedo:—sentindo que ainda não tenham vindo os esclarecimentos que pediu ácerca do projecto de cereaes, envia para a mesa outro requerimento, pedindo diversos esclarecimentos.

O sr. Pinto Coelho:—pediu a palavra para perguntar á illustre commissão de guerra, se já tinha recebido os papeis relativos ao projecto de elle apresentado á camara transacta, e renovado n'esta, ácerca dos officiaes convencionados.

Que esse projecto foi presente á commissão de guerra da camara transacta, a qual dirigiu á secretaria da guerra varios quesitos sobre esclarecimentos de que precisava.

Desejava por isso saber se a resposta a esses quesitos tinha já chegado, e se a illustre commissão de guerra estava já entregue de todos os papeis relativos a esse negocio, que aliás era de certo de grande importancia.

O sr. Thiago Hortas:—a commissão de guerra acabava agora mesmo de receber os papeis relativos ao projecto de que fallara o illustre deputado, e ia examina-los com a devida attenção; podendo assegurar ao sr. deputado que a commissão havia de dar a esse negocio toda a attenção que reclama.

O sr. Pinto Coelho:—dá-se por completamente satisfeito das explicações do sr. relator da commissão; e agradece a segurança que elle lhe dá por parte d'esta.

Os srs. Dias d'Azevedo, J. A. Maia, Bivar, Castro Ferrer, Mousinho e Arrobas mandam para a mesa requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo.







tes, conforme a pena das posturas exceder, ou não, a alçada dos juizes de paz.

§ unico. N'estas causas a alçada dos juizes de paz fica sendo de 25000 réis de multa, e de 24 horas de prisão.

Art. 88.º Os juizes de paz exercem igualmente a policia judicial no seu julgado; mantem a ordem publica dentro d'elle, cumulativamente com os regedores das freguezias, para cujo fim os cabos de policia devem tambem obedecer-lhes; dão parte ao juiz de direito e ao delegado do procurador regio de todos os crimes que se commetterem, para se proceder ao competente exame e corpo de delicto, e das circumstancias com que foram commettidos; fazem conservar, até que se proceda ao exame, todos os vestigios do crime, e, sendo o de homicidio, o cadaver no logar aonde foi prepetrado; e informam o delegado dos autores dos crimes e das provas que houverem contra elles.

Art. 89.º Os juizes de paz do civil e crime, os dos orphãos, e do crime e orphãos, abrião correição em janeiro, todos os annos, contra os escrivães e officiaes dos juizes de paz e dos seus commissarios, verificando especialmente, se os processos se organisaram e formaram com termos, intimações e diligencias desnecessarias, e se de uns e de outros se levaram emolumentos e salarios excessivos; se a tabella se interpretou maliciosamente para esse fim, e se acaso se fizeram extorsões ás partes, exigencias de dinheiro, ou acceitaram peitas; e receberam, alem d'isto, quaesquer queixas que se lhes fizerem, tendentes a denunciar-lhes abusos e violencias que se tenham commettido contra as partes, mandando fazer auto de tudo, que será logo continuado com visto ao ministerio publico.

§ unico. Para os effectos d'este artigo, os juizes de direito mandarão vir á sua presença os livros de notas, os do crime e de tutellas, e quaesquer papeis; e irão ás caixas dos orphãos, aonde examinarão os cofres e os livros que ha n'ellas.

Art. 90.º Em caso de abusos graves que se provem de um modo incontestavel, os juizes de direito poderão suspender os culpados, declarando, no auto que se lhes ordena no artigo antecedente, os fundamentos do seu procedimento.

Art. 91.º Todos os despachos e sentenças de que se póde recorrer, tanto nas causas civis, como nas crimes e inventarios, serão lidos pelos juizes, e por elles publicados em audiencia, e passarão em julgado sem dependencia de intimação ás partes, depois de decorridos os prazos, dentro dos quaes se póde recorrer de uns e de outras, contados por isso desde a sua publicação.

Art. 92.º Os caminhos das citações e intimações não podem levar-se mais, do que na razão de um para todas as pessoas, que do mesmo logar, ou de localidades visinhas, e no raio de mil leguas têm de comparecer todas, no mesmo dia, e para o mesmo fim.

Art. 93.º Ficam extintas as multas judicias impostas aos litigantes que decaem das causas civis, pelo artigo 828.º da reforma judiciaria.

Art. 94.º Alem do mez de setembro, é de férias tambem o mez de outubro.

Art. 95.º O governo é autorizado a rever a actual reforma judicial, e a publicar um codigo completo do processo civil e criminal, e de policia correccional, sobre as bases da presente lei, e a pôr mais em harmonia as disposições da mesma reforma, que aqui não são revogadas ou alteradas; bem como a ordenar e publicar um codigo de formulações para todos os juizes e instancias.

Art. 96.º É mais o governo autorizado a rever a actual tabella dos emolumentos e salarios judicias, pondo-os mais em harmonia com os justos interesses dos empregados e das partes, estabelecendo juntamente aquelles que são creados pela presente lei.

Art. 97.º As aposentações aos magistrados judicias sômente se lhes podem conceder por incapacidade physica ou moral, e serão obrigados a servir em quanto não se impossibilitarem por alguma d'estas causas. O augmento da terça parte do ordenado que lhes concede o artigo 2.º da carta de lei de 17 de agosto de 1853, quando completam trinta annos de serviço e sessenta de idade, é abolido. Ficam garantidos aquelles que actualmente se acham concedidos.

Art. 98.º Haverá um commissario regio nomeado pelo governo, de quatro em quatro annos, em cada um dos districtos das relações, a quem fica competindo syndicar de todos os juizes de direito, que são transferidos das comarcas e das varas aonde têm servido, fazendo auto do bom ou mau serviço que prestaram n'ellas, ou dos abusos que commetteram, o qual remetterá ao governo para todos os effectos.

Cada um d'estes commissarios regios, percorrendo o seu districto, syndicarão constantemente, mas com a reserva necessaria, se em alguma das instancias e juizes ha juizes e empregados, ou pessoas fóra do quadro de uns e outros, que commettam abusos, que fazem extorsões ás partes, que lhes levam dinheiro, e recebem valores para haverem sentenças, e especialmente, e para esse fim se recorre a meios cavilozos, falseando o credito e a reputação dos juizes, e quem são os auctores d'esses crimes, para informar de tudo o governo, a quem ministrará os esclarecimentos de que depender o conhecimento dos factos criminosos que tiver descoberto, fazendo tambem e remetendo os autos de averiguação, a que juntamente deve proceder quando o caso assim o exigir.

Art. 99.º O governo dará conta ás cortes da autorisação, que em parte d'esta lei lhe é concedida, na primeira sessão legislativa.

Art. 100.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da camara dos deputados, em 24 de fevereiro de 1860.—A. R. O. Lopes Branco.

Despesa que se elimina por effeito do projecto que apresenta

Pela supressão da relação dos Açores, incluindo a despesa de 4:000\$000 réis que vencem quatro juizes aposentados 13:460\$000

Dez juizes que se diminuem nas duas relações do reino 10:000\$000

Aposentações prováveis que não se requerão, por não se permitirem mais, senão por incapacidade physica ou moral 6:000\$000

Augmentos da terça parte dos ordenados aos juizes que completam trinta annos de serviço, e têm sessenta de idade, que se eliminam 8:000\$000

Despesa que se aumenta

A cada um dos presidentes das duas relações 800\$000 réis 1:600\$000

Dois desembargadores supranumerarios para cada uma das relações, a réis 800\$000 cada um 3:200\$000

Mais um ajudante a cada um dos dois procuradores regios, a 700\$000 réis cada um 1:400\$000

Dois juizes do crime mais, um para Lisboa e outro para o Porto, a 700\$000 réis cada um 1:400\$000

Augmento de 100\$000 réis a cada um dos cinco actuaes 500\$000

Mais vinte e dois juizes de direito que

se criam de novo, a 450\$000 réis cada um, termo médio 9:900\$000

Dois delegados do procurador regio em Lisboa, e um no Porto, para os processos crimes, a 600\$000 réis cada um 1:800\$000

Mais 100\$000 réis de augmento a cada um dos nove que servem nas varas das duas cidades 900\$000

Mais vinte e dois delegados novos a 400\$000 réis cada um 9:900\$000

Quatro advogados para defensores dos réus crimes, dois em cada relação, a 200\$000 réis cada um 800\$000

Augmento de ordenado aos juizes e delegados actuaes, aproximadamente 2:000\$000

Dois escrivães do crime, um para cada relação, a 700\$000 réis cada um 1:400\$000

Quatorze escrivães do crime de primeira instancia em Lisboa e Porto, a réis 400\$000 cada um 5:600\$000

Despesa que se elimina 37:460\$000

Despesa portanto que se augmenta 2:940\$000

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Coimbra.—A ultima hora publica o *Continente* de 6 do corrente a seguinte noticia:

«Consta-nos que amanhã saem d'esta cidade em direcção á Figueira o sr. director das obras publicas, acompanhado dos srs. engenheiros Heitor e Boaventura, a fim de darem principio aos estudos da directriz da estrada que ha de ligar a Figueira com Coimbra e a Beira.»

—Continuamos a transcrever do mesmo jornal algumas noticias estatisticas com relação a este districto. Daremos hoje a do gado. No anno de 1859, diz o jornal citado, que havia no districto de Coimbra cabeças de gado cavallo 6:199, muar 1:121, asinino 5:711, bovino 27:602, lanigero 116:937, caprino 49:295, e suíno 54:479.

Os concelhos que têm mais gado cavallo são o de Monte-mór 1:833 cabeças, e o de Mira 1:200. Os que têm menos são o de Gões 32, o de Poiares 28, o o da Pampilhosa 13.

O concelho que tem mais gado muar é o da Figueira 148 cabeças, e o immediato é o de Arganil 146. Os que têm menos são o da Pampilhosa 14, e o de Monte-mór 10.

O concelho de Monte-mór tem 1:470 cabeças de gado asinino, e o da Figueira 946; ao mesmo tempo que o concelho da Pampilhosa tem só 16, e o de Mira 12.

O concelho de Monte-mór o Velho tem 6:380 cabeças de gado bovino, o de Cantanhede 3:311, e o da Figueira 3:012. Os dois concelhos que têm menos são o de Poiares 278, o o da Pampilhosa 120.

O concelho de Miranda do Corvo tem 20:000 cabeças de gado lanigero, o de Taboão 14:377, o de Arganil 12:530, o o de Cantanhede 10:674. Todos os mais concelhos vão descendo gradualmente até ao concelho de Poiares, que tem 1:600. Porém o concelho de Mira quasi nada tem, pois apenas possui 40 cabeças.

O concelho de Penacova tem 8:900 cabeças de gado caprino, o de Gões 7:686, o da Pampilhosa 6:000, e o da Louzã 5:582. Os que têm menos são Monte-mór 980, e Coimbra 500. O concelho de Mira não tem nenhuma cabeça de gado caprino.

O concelho de Coimbra tem 7:020 cabeças de gado suíno, o de Gões 5:325, o de Monte-mór 5:226, e o de Soure 4:277. Os que têm menos são Penella 1:702, Poiares 1:620, e Pampilhosa 1:200.

Vizeu.—Já dissemos ha dias que muitas camaras municipaes estavam possuidas do desejo de dotar os seus concelhos com importantes melhoramentos publicos. O incremento dado em geral ás principaes obras publicas communica-se a todos os pontos do paiz, e todos desejam que a sua localidade se ennobreça, lançando-se n'este caminho de progresso, unico que a civilisação conhece. A imprensa periodica acompanha, como lhe cumpre, este movimento em toda a parte, como se vê das seguintes linhas, que transcrevemos do *Viriato*:

«Consta-nos que a camara municipal tenciona na primeira sessão tomar algumas medidas para aforosar o largo do passeio publico.

«A camara não carece dos nossos conselhos, mas a nós cumpre-nos não dissimular o que entendemos. «Poucas terras estão em piores condições n'esta parte. Vizeu de hoje é Vizeu de ha 100 annos. E porque? Porque não tem tod camaras. As casas são edificadas sem risco, e a mero arbitrio de quem as edifica. O resultado é o que se vê.

«Ao menos que não aconteça outro tanto no futuro. A camara deve estabelecer o risco para novas edificações, e não permitir por consideração nenhuma que haja edificação, que transtorne a belleza natural d'aquelle recinto.

«Se forem necessarias expropriações, façam-se. É melhor gastar algum dinheiro em embellestar a cidade, do que em outras obras, que dão menos nos olhos.

«É mister sair d'este estado de indifferença pelo aforosamento da cidade, e não haver contemplicações senão com a causa publica.

«Façam-se alguns sacrificios para dar alguma elegancia a esta pobre terra.»

Lamego.—No *Viriato* lê-se o que em seguida publicamos acerca das pesquisas que se continuam a empregar para descobrir os modeleros falsos:

«No dia 2 do corrente o administrador, juiz e delegado de Lamego deram um varejo á casa de Antonio Pinto, serralleiro, no Crujal, entre Lamego e Portello, e encontraram enterrado um grande balancé, e na casa do mesmo serralleiro em Lamego appareceu o parafuso, e outro instrumento similhante a um balancé pequeno, que servia de cortadeira.

«Foram logo presos Antonio Pinto, Francisco Antonio Soares, e D. Emilia Candida, viuva, todos de Lamego.

«Este balancé diz-se que fôra comprado haverá 5 ou 6 annos pelo marido de D. Emilia ao Moraes, pae, da Covilhã.»

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 5, e de Paris até 2 do corrente.

No dia 5 do corrente não se recebeu em Madrid despacho algum telegraphico do theatro da guerra. O estado do Estreito continuava sendo o mesmo.

Segundo diz a *Correspondencia de Espana*, poz-se em movimento o general Echague, com a maior parte das forças que guarneciam o acampamento do Serralho. Tambem se supõe que em Tetuã ficará o general Rios com uma divisão, e com os batalhões vascongados, apenas continuem as operações contra o exercito marroquino.

Alem d'estas noticias, o jornal citado publica os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Vienna, 3 de março.—O principe de Hesse partiu, com licença, para Darmstadt.

O jornal austriaco *Ost Deuts che Post* approva o discurso do imperador Napoleão.

Turin, 3.—Na circular do conde de Cavour, ao corpo diplomatico, chamando a attenção sobre a ordem de Bisnaga que sujeita ao serviço das armas todos os venezianos que sejam reputados anti-austriacos, o diplomata sardo diz que a elasticidade d'esta medida é tal, que todos os habitantes da provincia veneziana podem ficar submettidos á jurisdicção militar.

A *Opinione* de Turin confirma plenamente a noticia de que o governo piemontez respondeu á nota da França, que não podia aceitar os seus conselhos, mas que accedera á annexação, se a votação das populações for n'este sentido.

Londres, 3.—O governo apresentou á camara os documentos relativos á annexação da Saboya. Lord John Russell disse que a Inglaterra não consentirá na annexação sem o consenso das grandes potencias, e respondeu a sir Robert Peel, censurando a sua linguagem relativamente a Napoleão, a quem accusára de querer apoderar-se da Saboya, sem consultar as potencias nem tomar em consideração as concessões politico-commerciaes feitas pela Inglaterra.

### AUSTRIA

Os jornaes austriacos desmentem positivamente o boato, que circulou, de uma alliança entre a Russia e a Austria. O *Ost Deuts che Post* considera esta noticia completamente inverosimil. Em resposta á asserção de que a Russia se comprometterá a defender a Austria contra qualquer inimigo interior, o jornal de Vienna manifesta a esperanza de que a Austria não terá a combater inimigos internos, e quando mesmo isso aconteça os recursos de que dispõe essa potencia são sufficientes para sua defeza, sem ter de recorrer a auxilio estranho.

### PRUSSIA

A *Gazeta universal allémã* diz, n'uma correspondencia de S. Petersburgo, que a opposição da nobreza contra a emancipação dos servos tem-se tornado em alguns governos bastante pronunciada. No de Vladimir, muitos nobres assignaram uma representação que apresentaram a sua magestade o imperador pedindo, em compensação dos prejuizos que soffrem em virtude da emancipação, a supressão de todos os privilegios inherentes ao nascimento, a igualdade civil de todos os cidadãos, a liberdade de imprensa, o jury e algumas outras regras de liberdade. N'uma palavra, os nobres exigem hoje que a emancipação não se limite só aos servos.

### INGLATERRA

Parece ter sido de todo abandonado o projecto de uma conferencia das cinco potencias, projecto este que, como se sabe, foi proposto pela Russia, como solução definitiva das questões pendentes. Segundo a *Gazeta de Colonia*, a Inglaterra negou-se positivamente a tomar parte n'essa conferencia se de antemão se não regulasse o programma d'ella. A Russia, assim o afirma o jornal allémão, queria aproveitar a occasião para reclamar a revisão do tratado de Paris de 1856, e por isso a Inglaterra se oppoz ao projecto.

### CHINA

Numa correspondencia de Hong-Kong lê-se o seguinte:

«O governo chinês, não obstante fazer todos os preparativos para uma resistencia pertinaz, parece procurar o meio de provar aos estrangeiros que está nas melhores disposições possiveis de viver em paz com elles, e de cumprir á risca todos os compromissos que contrahi em Tien-Tsin.

«Pouco depois de ratificado o tratado americano em Pe-Tang, espalhára-se o boato de que a corte de Pekin queria suspender a execução d'elle até se alcançar a completa solução da questão que existe entre ella e as potencias aliadas. Não aconteceu porém assim, e o imperador Hien-foung tratou de provar que as suas disposições eram inteiramente diferentes do que se suppunha.

«Effectivamente não só o tratado foi executado por ordem imperial, na parte relativa á immediata abertura dos portos de Souateou e de Taivian, mas até sua magestade declarou espontaneamente que a redução dos direitos de tonelagem, concedida a favor dos americanos, devia vigorar tambem em relação aos inglezes, aos francezes e ás outras nações que têm um tratado.

«Alem d'isto, o commissario imperial Ho foi autorizado a fazer a restituição do excedente dos direitos de tonelagem provenientes dos navios inglezes e outros, a datar do dia 24 de novembro ultimo, dia em que o tratado americano começou avigorar.

«Esta iniciativa de benevolencia prova muito claramente da parte do gabinete de Pekin o desejo de se tornar agradavel aos alliados em materia commercial, e é muito de presumir que elle acceda a muitas outras concessões do mesmo genero; porém o que elle não approva por forma alguma, é a residencia de embaixadores estrangeiros na capital, não obstante, em compensação, poder enviar embaixadores chinezes para a Europa. Estes dois pontos constituem toda a difficuldade da questão pendente, e os alliados podem ter a certeza que os chinezes farão todos os sacrificios primeiro que se sujeitem a innovações que, na sua opinião, irão destruir a independencia do imperio.

«A medida que se aproxima a epocha das hostilidades, vão sendo menos activas as relações commerciaes com os chinezes, que reservam para seu uso particular os principaes productos da sua industria, como o chá e a seda; todavia as relações pessoais do povo com os europeus têm melhorado, e presagiam uma perfeita tranquillidade nos portos, mesmo quando tenha lugar algum conflicto em Pekin.

«Um segundo navio de emigrados chinezes foi ultimamente expellido para as colonias inglezas das Indias occidentaes, segundo o systema legal e justo adoptado de commun accordo pelas autoridades britannicas nomeadas *ad hoc* e pelos mandarins de Cantão. D'esta vez, a proporção das mulheres foi maior do que no primeiro navio: eram em numero de 135 com 48 creanças.»

## NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERIO D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

MARÇO-S	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	750,06	11,2	74,7	NNE.
3 t.	747,99	15,1	51,0	ESE.

### DIA 7.

Maxima—temperatura..... 13,3 C.  
Minima..... 9,7  
Ozone (de noite)..... 5,0  
de dia..... 6,5  
Chuva (adometro)..... 4,4 Mil.  
Evaporação (vapormetro)..... 5,6  
Altura barometrica correcta.  
Altitude do barometro 95,1 metros.  
Temperatura á sombra.

## NOTICIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 8 de março de 1860

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Frasquita, caixamarim hespanhol, capitão J. Mascota, de Valencia em 7 dias, com vinho, arroz e mais generos ao seu consul; 9 pessoas de tripulação. Destina-se para Santander, e vem arribado por causa do tempo.

Leoa, rasca, mestre J. F. Gomes, da Figueira em 2 dias, com trigo, feijão e madeira; 8 pessoas de tripulação.

S. Jayme, patacho hespanhol, cap. J. Floret, de Gijon em 22 dias, e de Ferrol em 5, com ferro, manteiga e mais generos ao seu consul; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Malaga, e vem arribado por causa do tempo.

Triunpho de Margarida, hiate portuguez, mestre J. P. Padilha, de Tavira em 2 1/2 dias, com vinho, atum e agardente; 8 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: Maria da Gloria, Maria da Conceição, Maria de Jesus, Maria da Encarnação, Maria de Assumpção, Maria das Dores; portuguezas.

Recreio, hiate portuguez, mestre A. C. Martins, da Figueira em 3 dias, com madeira, vidros, feijão e barro; 9 pessoas de tripulação e 5 passageiros, que são: Antonio Romão, proprietario; Francisco Bernardes, serralleiro; Ignacio Lopes de Oliveira, latocero; Joaquim Rodrigues Leitão, tanocero; Joaquim Gonçalves Carriso, marítimo; portuguezes.

Julia, rasca, mestre J. C. Sena, da Figueira em 3 dias, com madeira e feijão; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que é: Francisco Martins, marítimo portuguez.

Assumpção, rasca, mestre A. F. Leitão, da Figueira, em 2 dias, com madeira e cevada; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Antonio Joaquim de Carvalho, carpinteiro; Antonio Joaquim da Silva, marítimo; portuguezes.

Senhora do Pilar, rasca, mestre S. S. Marques, da Figueira em 3 dias, com madeira e feijão; 7 pessoas de tripulação e 4 passageiros, que são: Antonio Gazio, Antonio dos Santos, Raphael Agostinho Correia, marítimos; Julia da Silva; portuguezes.

S. Joaquim 1.º, hiate portuguez, mestre A. Francisco Junior, da Figueira em 3 dias, com madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 7 passageiros, que são: Antonio Pedro Gomes, Antonio Maria Borges, Manuel dos Santos, Francisco Dias Martins, Manuel Affonso Simões, Joaquim Mesquita, Manuel Borges de Almeida, marítimos; portuguezes.

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, de Setubal em 24 horas, com vinho, arroz e agardente; 4 pessoas de tripulação.

#### EMBARCAÇÕES SAIDAS

Esperança, hiate portuguez, mestre A. Francisco, para Setubal, com cereaes e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Petro Beys, vapor inglez, capitão A. B. Davidson, para Malta e mais portos do Mediterraneo, com fazendas, assucar e mais generos; 25 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são os mesmos com que entrou hontem.

Maria Isabel, rasca, mestre J. da Silva, para Caminha, em lastro; 5 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre E. A. Marreiros, para Sines, com farinha e pedra; 7 pessoas de tripulação.

Nancy, patacho dinamarquez, capitão J. P. Petersen, para Copenhagen, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Albert Frederich, brigue prussiano, capitão W. A. Rahl, para Setubal, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Magdalena, hiate portuguez, mestre A. J. da Costa, para Setubal, com madeira; 7 pessoas de tripulação.

Hellehina, galeota hollandeza, capitão S. B. Hooghoudt, para Falmouth, com azeite; 8 pessoas de tripulação.

Ceraph, escuna dinamarqueza, capitão N. F. Nelson, para Setubal, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Pollux, patacho sueco, capitão J. Morberg, para Bergen, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Alice, patacho portuguez, capitão J. A. de Castro, para o Havre de Grace, com vinho e mais generos; 9 pessoas de tripulação.

Senhora del Carmo, brigue polaca sardo, capitão J. Gazallo, para Genova, com cera e mais generos; 15 pessoas de tripulação.

Jacoba, brigue hollandez, capitão C. Schultz, para Rotterdam, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Douro, vapor paquete inglez, capitão T. Barron, para Setubal, em lastro; 16 pessoas de tripulação.

Indiana, galera brasileira, capitão C. J. V. Torroldo, para o Rio de Janeiro, com sal e encomendas; 18 pessoas de tripulação, e 8 passageiros, que são: João Antonio Martins, marítimo; Jeronymo José da Cruz das Neves, canteiro; Manuel da Cruz Neves com 3 pessoas de familia, trabalhador; José Quintas, sem emprego; portuguezes: José Luiz da Motta Filho, sem emprego; brasileiro.

Lusitania, vapor paquete portuguez, capitão J. X. Contente, para o Porto, com varias fazendas; 31 pessoas de tripulação, e 201 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 8 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

### TELEGRAPHIA ELECTRICA

#### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 8 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 7

Entradas—Hiates portuguezes *Craveiro 2.º*, da Figueira em 8 dias; *Dourado*, de Setubal em 10 dias; *Feliz Pensamento*, de Setubal em 9 dias.

Saio o brigue inglez *Sarmory*, para Jersey.

Fôra da barra ficam seis hiates, tres rascaes, um calque e uma bateira; portuguezes.—O mar está bom.—O vento esteve E. N. regulares, agora NE. brando.

De Vianna do Castello, do dia 7

Entrou o hiate *Treze de Maio*, de Caminha.

Saídas—Patacho inglez *Espress*, para Jersey.

Hiate portuguez *Neptuno*, para Lisboa.—Hiate portuguez *S. João Baptista*, para a Figueira.—Rasca *Camões Subtil*, para a Figueira.—Rasca *Favorita*, para Lisboa.

A barra boa.

De Caminha, do dia 7

Entrou o hiate portuguez *Senhora dos Mariantes*. Saíram os palhabotes portuguezes *Carlos Alberto* e *Caminha*.

Fica fóra da barra um palhabote.—Mar chão.—Vento N.

De Aveiro, do dia 7